

## 1. Do Plano Plurianual de Investimentos

### 1.1. Introdução

Pretende-se com o presente relatório complementar os documentos que constituem a Conta de Gerência, relativa ao ano de 2008 e elaborada de acordo com a alínea e), do Artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Dezembro, republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, de modo a habilitar os Srs. Deputados municipais a melhor avaliar a execução, pelo Executivo Municipal, do Plano e do Orçamento desse ano.

### 1.2. Da Execução do Plano de Investimentos

Em termos financeiros, o Plano de Investimentos de 2008, que previa objectivos no montante de € 11.976.380,00 teve uma execução de € 6.890.864,28 (realizado total), o que significa uma taxa de execução de 57,5%.

Este valor representa uma menor taxa de execução do que a do ano de 2007 e evidencia o atraso no arranque do QREN e, como se verá adiante, sublinha o agravamento da arrecadação de Receita.

Quadro 1

Execução do Plano

	2004	2005	2006	2007	2008
Taxa de Realização GOP	68,2%	72,4%	65,2%	59,3%	57,5%
Taxa de Execução GOP	51,4%	55,2%	51,5%	48,1%	46,2%

## 2. Análise da Prestação de Contas

### 2.1. Comparação entre a Receita Prevista e a Efectiva

A Receita total ascendeu, em 2008, a € 13.089.053 o que representa um decréscimo de 1,8% em relação a 2007, que por sua vez já apresentava um decréscimo de 2,1% em relação a 2006.

Se a este facto acrescentarmos a desvalorização provocada pela inflação, teremos um cenário que nos deverá merecer alguma reflexão. Até porque, como veremos nos quadros seguinte, se mantém a quebra na Receita de Capital e houve um claro abrandamento da Receita Corrente.

Por isso, repetimos, tem que se acautelar a gestão da Receita Corrente, não diminuindo mais a sua base de incidência, até porque continuará a haver uma forte tendência para o aumento da

Despesa Corrente, quer devido a novas transferências de atribuições e competências quer devido à maior quantidade e qualidade dos serviços prestados.

No quadro seguinte vemos a evolução das Receitas bem como o desvio em relação ao previsto no Orçamento (após a última Revisão).

#### Quadro 2

##### Execução da Receita (euros)

	Rec. Efectiva 2008	Receita Prevista	Execução	Rec. Efectiva 2007	Δ / 07
<b>Rec. Corrente</b>	8.412.584	8.370.823	<b>100,50%</b>	8.312.075	+ 1,2%
<b>Rec. Capital</b>	4.676.469	10.079.177	<b>46,40%</b>	5.018.221	- 6,8%
<b>Rec. Total</b>	13.089.053	18.450.000	<b>70,94%</b>	13.330.296	- 1,8%

A Receita Corrente abrandou significativamente o grau de crescimento verificado em anos anteriores e a Receita de Capital continua em queda apesar da “injecção” do saldo de gerência. Não fora a “entrada” de € 2.819.445 e a Receita de Capital teria uma execução historicamente baixa. De facto, sem Fundos Comunitários e sem empréstimos o que nos resta para Investimento é muito pouco. Por isso insisto na necessidade de mudarmos a visão que temos sobre as prioridades de Despesa de Capital, concretamente sobre o tipo de investimento a realizar.

Quanto à taxa de execução orçamental, que é dada pelo rácio Receita Efectiva/Receita Prevista, atingiu-se a taxa de **70,94%**, como se pode ver no Quadro 2.

Apesar do desvio entre o executado e o previsto ter aumentado, quando comparado com 2006, a taxa de execução continua em níveis superiores a outros anteriores anos, conforme se pode ver no quadro seguinte. Sublinhe-se que num cenário de quebra de Receita, a expectativa era o início dos financiamentos comunitários, o que não se confirmou. Trabalhámos conscientemente com um cenário optimista em termos de Receita de Capital, o que veio a traduzir-se numa taxa de execução inferior à desejável.

#### Quadro 3

##### Evolução da Taxa de Execução

	2003	2004	2005	2006	2007	2008
<b>Taxa de Execução</b>	59,2%	61,8%	67,5%	85,3	74,2%	<b>70,9%</b>

## 2.2. Da Receita Corrente

Analisemos agora a Receita Corrente. Vejamos primeiramente (Quadro 4) a evolução da mesma e o seu peso na Receita Total.

Quadro 4

### Evolução da Receita Corrente

	2003	2004	2005	2006	2007	2008
<b>Receita Corrente</b>	6.235.988	6.577.514	7.021.397	7.797.739	8.312.075	8.412.584
<b>Rc<sub>i</sub> / Rc<sub>i-1</sub></b>	- 3,5%	5,5%	6,7%	11,0%	6,6%	1,2%
<b>Receita Total</b>	11.919.991	11.650.325	12.122.881	13.619.927	13.330.296	13.089.053
<b>Rc / Rt</b>	52,32%	56,46%	57,92%	57,25%	62,35%	64,27%

Como se pode ver no quadro anterior, a Receita Corrente abrandou fortemente a sua taxa de crescimento, com um crescimento inferior à taxa de inflação.

Pode igualmente ver-se o acréscimo de peso da Receita Corrente no conjunto da Receita, o que significa que a Receita de Capital verificou crescimentos inferiores à Corrente.

### 2.2.1. Da Distribuição Da Receita Corrente

Vejamos a discriminação das principais rubricas da Receita Corrente.

Quadro 5

### Distribuição da Receita Corrente

	2004	2005	2006	2007	2008	Δ/07
<b>Impostos directos</b>	1.665.898	1.604.121	1.760.838	2.009.160	1.914.438	- 4,7%
<b>Impostos Indirectos</b>	272.300	93.267	543.046	179.573	170.752	- 4,9%
<b>Taxas</b>	177.881	259.005	223.795	251.573	158.376	- 37,0%
<b>Rendimentos de Propriedade</b>	-	-	365.463	458.460	462.619	+ 0,9%
<b>Transferências Correntes</b>	2.320.701	2.869.024	2.716.103	3.101.336	3.268.335	+ 5,4%
<b>Venda de Bens</b>	1.001.704	1.043.994	976.869	955.291	981.000	+ 2,7%
<b>Prestações de Serviços</b>	738.861	946.731	1.071.829	1.287.033	1.436.231	+ 11,6%
<b>Outras Receitas</b>	393.182	122.603	133.682	63.302	14.017	- 77,8%

Pode ver-se que houve uma quebra significativa em algumas rubricas da Receita Corrente. Com evolução positiva relevante, apontamos apenas a verificada nas Transferências Correntes, Venda de Bens e Prestações de Serviços. Contudo alguma destas receitas foram

absorvidas por saídas de valor igual ou superior porque estão consignadas a atribuições transferidas da Administração Central ou correspondem a novos serviços que por sua vez estão concessionados (por exemplo, tarifas de recolha e tratamento de águas residuais).

Já a quebra nos impostos indirectos e nas taxas reflecte bem a crise do sector imobiliário.

Não nos parece portanto viável qualquer nova descida de impostos directos, de taxas ou tarifas, sem que tal ponha em causa a sustentabilidade financeira do Município de forma irreparável.

Pode ver-se no quadro seguinte a evolução dos Impostos Directos.

Quadro 6

Impostos Directos

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	Δ/07
<b>IMI</b>	742.462	783.691	895.240	993.573	1.158.977	1.102.162	- 4,9%
<b>IMT</b>	752.156	750.200	556.697	592.837	652.568	620.846	- 4,9%
<b>Imp.s/ veículo</b>	116.898	132.007	152.184	174.428	192.688	188.469	- 2,2%

Podemos ver com clareza o impacto da redução das taxas que determinam o IMI, que assume mais clareza no quadro seguinte.

Quadro 7

Taxa de crescimento do IMI

	2003	2004	2005	2006	2007	2008
<b>Taxa crescimento IMI</b>	+ 21,0%	+ 5,6%	+ 14,2%	+ 11,0%	+ 16,6%	-4,9%

Com as mudanças legislativas que o Governo actual introduziu no âmbito das medidas anti-crise económica, é de esperar que a situação no próximo ano não tenha melhorias significativas para o Orçamento Municipal.

No Quadro 8 apresentamos o peso dos Impostos Directos no total da Receita Corrente.

Quadro 8

Peso dos Impostos Directos

	2003	2004	2005	2006	2007	2008
<b>Imp.Directos/ Rec. Corrente</b>	25,8%	25,3%	22,8%	22,6%	24,2%	22,8%

### 2.3. Da Receita de Capital

Passemos agora à análise das receitas de capital.

Quadro 9

#### Repartição da Receita de Capital

	2004	2005	2006	2007	2008
<b>Venda de Bens Investim.</b>	1.070.336	1.523.724	163.735	402.028	<b>13.354</b>
<b>Transferências de capital</b>	3.026.013	3.105.154	2.287.211	2.378.932	<b>1.828.403</b>
<b>Empréstimos</b>	884.294	305.578	195.248	232.702	<b>1.863</b>
<b>Outras Receitas de Capital</b>	91.080	186.247	2.418.118	2.510	<b>13.355</b>
<b>Saldo de Gerência</b>	-	-	-	2.000.000	<b>2.819.445</b>
<b>Total</b>	<b>5.072.811</b>	<b>5.101.484</b>	<b>5.822.118</b>	<b>5.018.221</b>	<b>4.676.469</b>

A queda da receita de capital só não atingiu valores muito relevantes por força da entrada, em sede de revisão orçamental, do saldo de gerência de 2007. Mas esta diminuição era inevitável.

De facto nas Transferências de Capital são inscritas o chamado FEF de Capital (€ 1.396.703), FEDER (€ 208.461) e outras Transferências de Capital do Orçamento do Estado (€ 223.239). Como se pode ver apenas o FEF assume valores significativos. O FEDER está em níveis muito inferiores aos anos anteriores.

### 2.4 Análise da Despesa

#### 2.4.1. Evolução da Despesa Corrente

Vejamos agora a desagregação das despesas correntes.

Quadro 10

#### Repartição da Despesa Corrente

	2004	2005	2006	2007	2008	Δ/07
<b>Gastos c/ Pessoal</b>	2.700.057	2.866.767	2.876.928	2.966.902	3.171.394	+ 6,9%
<b>Aquisição de Bens</b>	576.752	597.695	728.115	723.392	977.538	+ 35,1%
<b>Aquisição de Serviços</b>	1.201.849	1.338.331	1.843.834	2.004.661	2.318.874	+ 15,7%
<b>Encargos Financeiros</b>	301.774	288.853	193.124	213.316	240.335	+ 12,7%
<b>Transferências Correntes</b>	149.858	190.314	334.961	446.682	379.422	- 15,1%
<b>Outras Despesas</b>	181.070	128.856	175.585	222.386	214.207	- 3,7%
<b>Total</b>	<b>5.111.360</b>	<b>5.410.816</b>	<b>6.152.548</b>	<b>6.577.339</b>	<b>7.301.770</b>	<b>+ 11,0%</b>

O crescimento percentual da Despesa Corrente é assim superior ao da Receita Corrente, o que exige uma particular atenção. Contudo, dada a crise económica que se derrama em crise social, não é viável perspectivar mais aumento de Receita Corrente. Ao invés as políticas sociais e as novas transferências de competências e a melhoria em quantidade e qualidade dos serviços prestados implicam um crescimento contínuo da Despesa Corrente.

Em valores absolutos a Despesa Corrente cresceu mais que a Receita Corrente (€ 100.509 de receita adicional para € 724.431 de acréscimo de despesa) o que significa que estaremos a atingir o nível máximo da Despesa Corrente, pelo que em 2009 teremos que ter particular cuidado com o crescimento da Despesa Corrente.

No quadro seguinte temos a taxa de execução da Despesa Corrente e, em particular e pelo seu peso, a taxa de execução da despesa com pessoal. O desvio é pouco significativo.

Quadro11

## Nível de Execução da Despesa de Pessoal

	Despesa Prevista	Despesa Executada	Taxa
<b>Despesa c/ Pessoal</b>	3.252.345	3.171.394	97,5%
<b>Despesa Corrente Total</b>	8.501.905	7.301.770	85,9%

Concluindo o raciocínio anterior vemos que a poupança diminuiu, quer em valor absoluto quer em termos relativos.

Quadro12

## Evolução da Poupança

	2004	2005	2006	2007	2008
<b>Receita Corrente</b>	6.577.514	7.021.397	7.797.155	8.312.075	<b>8.412.584</b>
<b>Despesa Corrente</b>	5.111.360	5.410.816	6.152.548	6.577.339	<b>7.301.770</b>
<b>Poupança</b>	1.466.154	1.610.581	1.644.607	1.734.736	<b>1.110.814</b>
<b>Poupança/ Receita Corrente</b>	22,3%	22,9%	21,1%	20,9%	<b>13,2%</b>
<b>Desp, Corrente/Rec. Corrente</b>	77,7%	77,0%	78,9%	79,1%	<b>86,7%</b>

Quanto à despesa com pessoal não foi possível conter o seu crescimento, mas lembre-se o pleno de actividade da Biblioteca Municipal e o desbloqueamento das progressões nas carreiras dos trabalhadores deste Município.

Nunca é demais sublinhar o impacto na Despesa com Pessoal dos trabalhadores afectos ao sector da Educação. De facto, para melhorar o serviço prestado às nossas crianças mas também para estimular o emprego, temos vindo progressivamente a recorrer a contratos de

trabalho em detrimento do recurso aos chamados Programas Ocupacionais para desempregados. Isso traduz-se numa tendência de crescente aumento deste tipo de despesa.

Quadro 13

## Evolução da Despesa c/ Pessoal

	2004	2005	2006	2007	2008
<b>Despesa c/ Pessoal</b>	2.700.057	2.866.767	2.876.928	2.966.902	<b>3.171.394</b>
$\Delta$ %	2,7%	6,2%	0,35%	3,1%	<b>6,9%</b>
<b>Desp. Pessoal/ Desp. Corrente</b>	52,8%	53,0%	46,8%	45,1%	<b>43,4%</b>
<b>Desp. Pessoal / Rec. Corrente</b>	41,0%	40,0%	36,9%	35,7%	<b>37,7%</b>

**2.4.2. Evolução da Despesa de Capital**

Passemos agora à desagregação da Despesa de Capital.

Quadro 14

## Repartição da Despesa de Capital

	2004	2005	2006	2007	2008
<b>Investimento</b>	5.741.703	5.599.186	3.295.259	3.673.293	<b>2.885.941</b>
<b>Transf. J. Freguesia</b>	191.224	211.742	23.400	99.684	<b>173.189</b>
<b>Outras Transf. Capital</b>	76.678	78.181	202.882	92.684	<b>160.842</b>
<b>Activos Financeiros</b>	-	-	185.908	18.750	<b>0</b>
<b>Passivos Financeiros</b>	328.475	689.007	747.298	792.987	<b>822.174</b>
<b>Total</b>	6.427.104	6.601.642	4.689.443	4.723.783	<b>4.057.040</b>

Verifica-se uma descida significativa desta Despesa com uma quebra bastante forte do investimento. As razões já foram explicadas.

Os passivos financeiros mantiveram a tendência crescente, até porque a taxa Euribor, em 2008, atingiu máximos na história recente.

Vejamos agora a evolução percentual dos Passivos Financeiros no cômputo da Despesa de Capital.

O *ratio* cresce fundamentalmente por força da diminuição da Despesa de Capital.

Não nos parece, contudo, que a situação seja preocupante. Penso que o Município de Condeixa pode avançar para um maior endividamento de médio/longo prazo com alguma tranquilidade.

## Quadro15

## Peso dos Passivos Financeiros

	2004	2005	2006	2007	2008
<b>Passivos Fin./ Desp. Capital</b>	5,1%	10,4%	15,9%	16,8%	<b>20,2%</b>

Como se pode ver no Quadro 16, o peso da Despesa de Capital na Despesa total do Município, como já foi dito, continua a descer.

## Quadro 16

## Peso da Despesa Capital na Despesa Total

	2004	2005	2006	2007	2008
<b>Desp. Capital / Desp. Total</b>	55,7%	55,0%	43,3%	41,8%	<b>35,7%</b>

## 2.5. Do endividamento

O endividamento de longo prazo continua a descer de forma acentuada, como se pode observar no Quadro 17.

## Quadro 17

## Evolução do Endividamento

	2004	2005	2006	2007	2008	Δ/07
<b>Dívida Longo Prazo</b>	6.987.053	6.603.624	6.051.634	5.476.563	<b>4.669.175</b>	<b>- 14,7%</b>
<b>Dívida Curto Prazo *</b>	2.804.968	2.462.429	1.546.276	1.483.831	<b>1.642.897</b>	<b>+10,7%</b>
<b>Dívida total **</b>	9.792.021	9.066.053	7.597.010	6.960.394	<b>6.312.072</b>	<b>- 9,3%</b>
<b>Dív. Curto Prazo/ Rec. Total</b>	24,0%	20,3%	11,4%	11,1%	<b>12,6%</b>	-

\* Empreiteiros e Fornecedores

\*\* Banca + Empreiteiros + Fornecedores

A dívida de curto prazo, desdobra-se em € 866.026 a empreiteiros e € 776.871 a fornecedores.

Verificamos que a dívida de curto prazo aumentou. Tal deve-se ao facto de obras de grande dimensão terem iniciado a facturação. Como sabem a facturação de empreiteiros vence a 60 dias, contudo em termos contabilísticos é lançada à data da factura. O aumento da dívida está sobretudo relacionada com a facturação de empreiteiros datada de Novembro e Dezembro de 2008.

De qualquer forma a situação mantém-se confortável e estamos a pagar, em média, a 90 dias.

## 2.6. Do endividamento líquido

Como se pode observar no quadro seguinte, o Município tem uma capacidade de endividamento confortável e está manifestamente fora da zona de risco, em termos de cumprimento da Lei das Finanças Locais.

Quadro 18

ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO A 31 DE DEZEMBRO			
CÓDIGOS de CONTAS do POCAL		PASSIVO	ACTIVO
11	Caixa		980,23
12	Depósitos		2.172.637,93
211	Cliente C/c		207.500,80
212	Contribuintes C/c		
213	Utentes C/c		15.095,22
217	Cientes e utentes c/caução	122.796,47	
221	Fornecedores C/c	676.503,55	
23121	Empréstimos bancários	4.669.174,97	
24	Estado e outros entes públicos	69.103,28	
2611	Fornecedores de imobilizado	934.063,78	
262	Pessoal	831,04	
263	Sindicatos	576,73	
268	Devedores e credores diversos	181.350,84	
2719	Outros acréscimos de proveitos	212.056,47	
2729	Outros custos diferidos	0,00	
2739	Outros acréscimos de custos	0,00	
411	Partes de capital		307.708,00
TOTAL		6.866.457,13	2.703.922,18
ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO TOTAL (A)		4.162.534,95	

Assim,

**A ≤ 125% B** ou seja

**A ≤ 7.498.848,64 €**

em que:

A ) Endividamento líquido total em 31 de Dezembro 2008.

B) Montante das receitas de Impostos Municipais, participações do município no FEF, da participação no IRS em 2007.

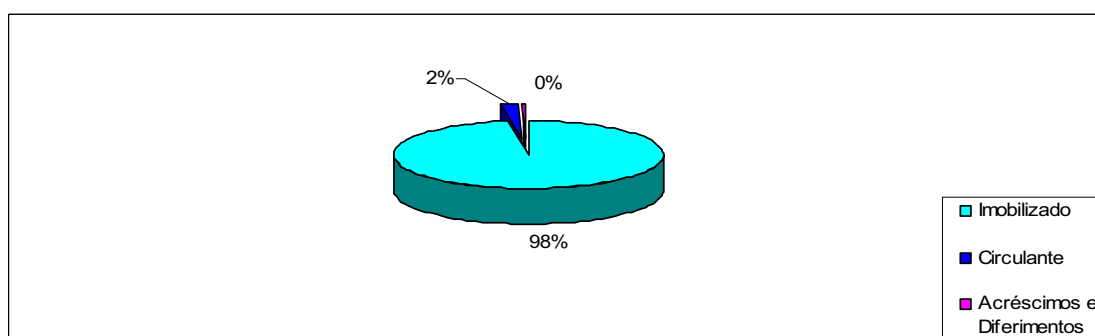
B= 5.999.078,91 € e 125% de B = 7.498.848,64 €

### 3. Situação Económica e Financeira

#### 3.1. Balanço

##### 3.1.1. Activo

Do endividamento Líquido



##### 3.1.1.1. Imobilizado

Da análise ao balanço, constatamos que de 2007 para 2008 houve uma diminuição no imobilizado líquido da autarquia de € 1.474.753,21 (cerca de 1,29%), devido ao aumento de amortizações.

##### 3.1.1.2. Circulante

As existências tiveram uma diminuição na ordem dos 15.059,89 €, tendo havido uma correcção a anos anteriores devido a quando foi iniciada a contagem de existências foi contabilizado incorrectamente, o valor relativo ao armazém de imobilizado, logo foi necessário repor a veracidade dos factos.

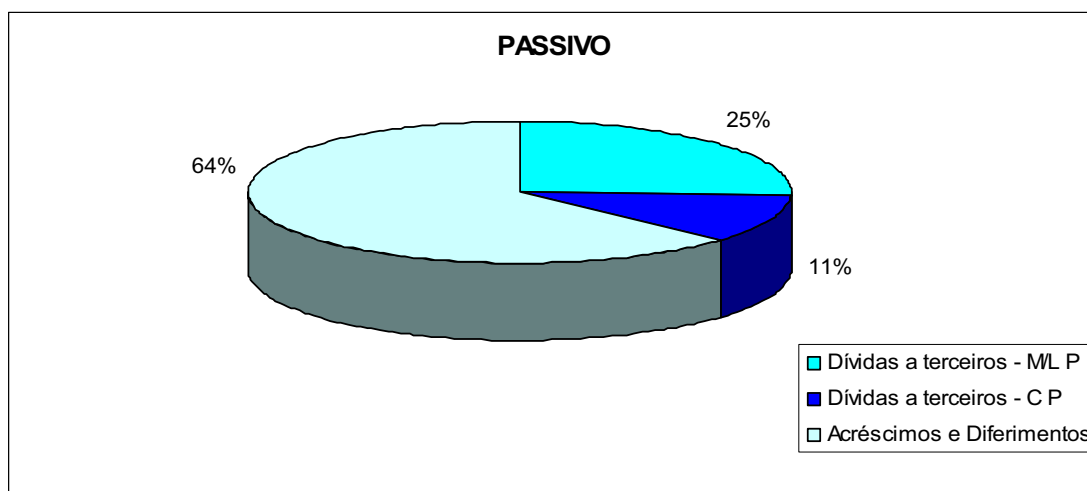
As dívidas de terceiros de curto prazo baixaram de 415.354,62 € para 269.993,36 €, ou seja, 145.361,26 € que se deve ao facto ao Município de Ansião ter pago a sua dívida para com este Município relativamente à comparticipação na Obra da EN 347-1.

As disponibilidades tiveram alterações significativas em relação ao ano de 2007, tendo-se constatado um decréscimo de 879.575,24 €.

### 3.1.2. Fundos Próprios

Em 2008 os fundos patrimoniais sofreram um decréscimo de cerca de 2% correspondente ao valor do resultado líquido negativo obtido pela Autarquia.

### 3.1.3. Passivo



Verifica-se uma ligeira diminuição do passivo em 2008.

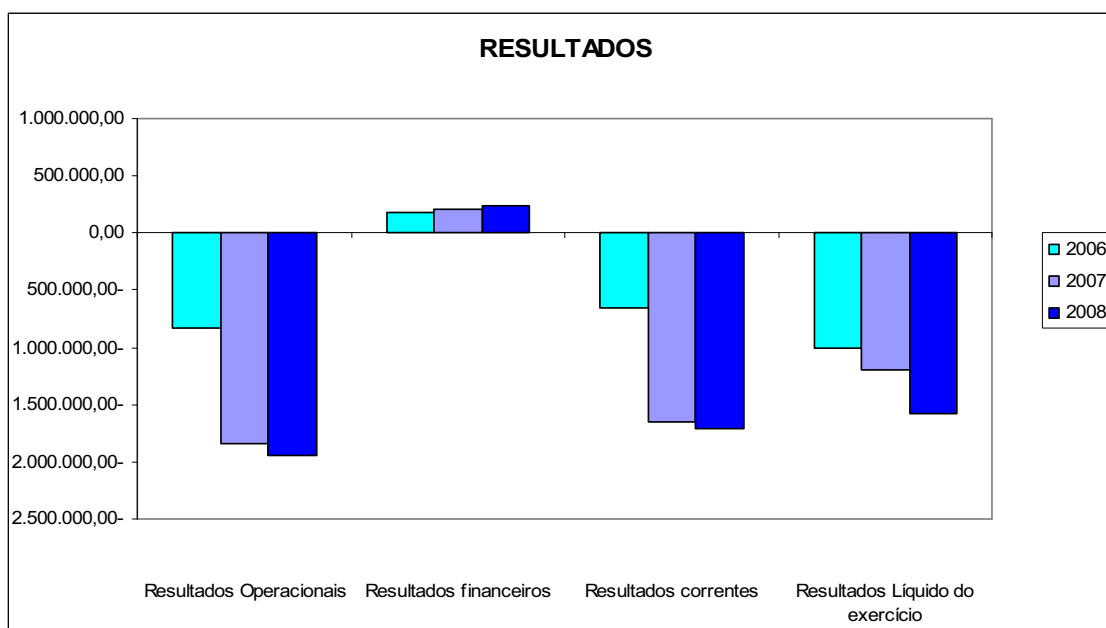
Os empréstimos de médio e longo prazo sofreram uma diminuição na ordem dos 15%.

As dívidas a terceiros sofreram um acréscimo pouco significativo, cerca de 9%.

Houve uma diminuição dos proveitos diferidos na ordem dos 231.674,50 €, devido a que as verbas do III QCA já acabaram e as do QREN ainda não começaram, e também os proveitos do III QCA já começaram a ser diferidos visto as obras já se encontrarem encerradas.

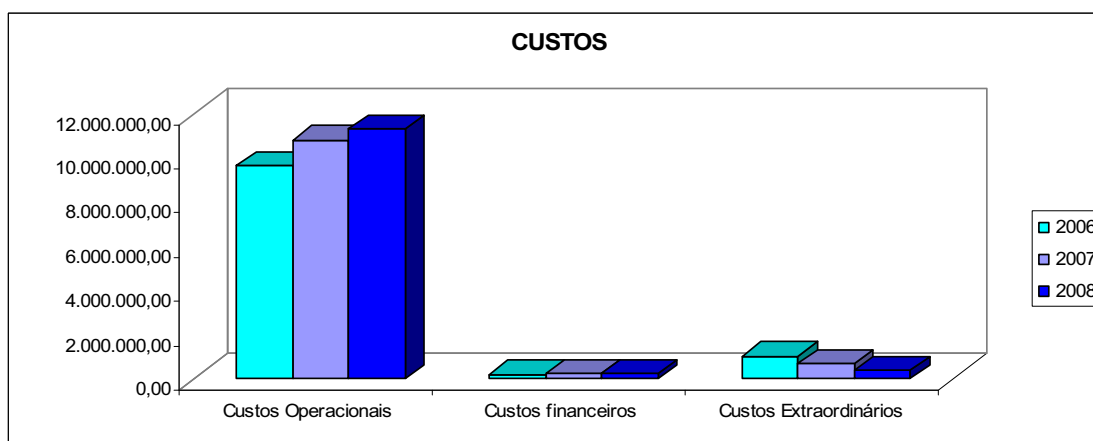
### 3.2. Demonstração de Resultados

A demonstração de resultados é um mapa que pretende complementar o balanço especificando a natureza dos diversos custos e perdas e proveitos e ganhos: operacionais, financeiros e extraordinários. Nos últimos três anos temos a seguinte situação:



À semelhança dos outros anos desde a entrada em vigor do POCAL, os resultados líquidos de 2008 são negativos.

### 3.2.1. – Custos

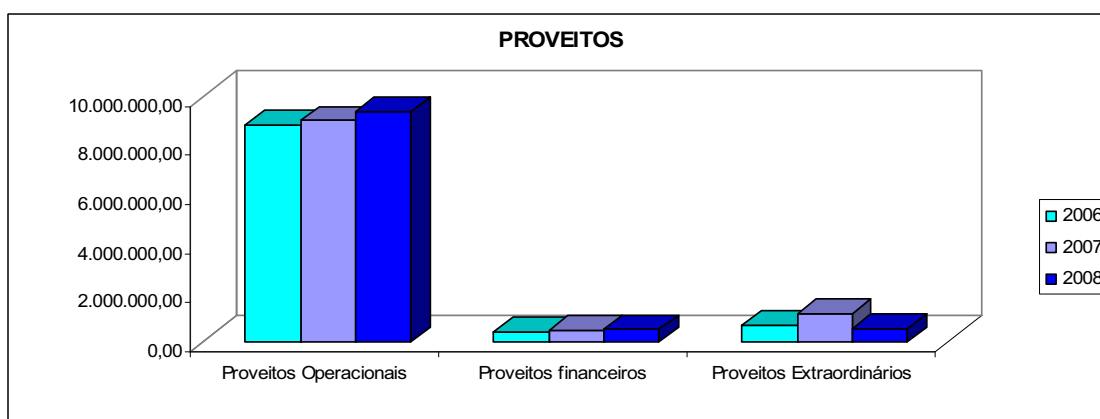


Os custos operacionais sofreram um acréscimo em relação ao ano anterior de 470.064,33 €, tendo o aumento sido de um modo geral em todas as rubricas (Fornecimentos e serviços externos, Custos com o Pessoal, Amortizações do exercício e Outros custos operacionais).

No que diz respeito aos custos financeiros, os mesmos sofreram um ligeiro decréscimo de cerca de 1.633,14 €, devido às actualizações das taxas de juros que felizmente iniciaram o percurso inverso ao dos últimos meses.

Os custos extraordinários reduziram quase 50%. Visto em 2007, a rubrica de dívidas incobráveis e a de Perdas em imobilizações terem valores bastante elevados relativamente a 2008.

### 3.2.2. - Proveitos



Os proveitos operacionais tiveram um aumento de 374.512,62 € no último ano, verificando-se aumento, de um modo geral, em todas as rubricas.

Os proveitos financeiros apresentam um acréscimo de 30.855,42 €, tendo como origem o valor de rendimentos da concessão da EDP praticamente na totalidade.

No que diz respeito aos proveitos extraordinários, houve uma diminuição muito significativa no ano de 2008, em mais de 50% devido essencialmente aos ganhos em imobilizações.

### 3.2.3.- Resultados

O Resultado Líquido do Exercício é negativo ascendendo a 1.576.384,34 € decorrente das justificações acima referidas, quer em relação aos custos quer em relação aos proveitos.

### 3.3.- Rácios Económico-Financeiro

Quadro 19

<u>Rácios</u>	<u>Económico-Financeiros</u>	2008	2007	2006	2005
Liquidez Geral	Activo Circulante / Passivo Curto Prazo	1,20	1,85	2,01	0,45
Solvabilidade	Fundos Próprios / Recursos Alheios	14,68	13,60	12,93	10,96
Endividamento	Passivo / Activo Líquido x 100	15,71	16,13	16,08	14,74
Autonomia Financeira	Fundos Próprio / Activo Total	0,84	0,84	0,84	0,85
Cobertura do Activo	Activo Total / Passivo Total	6,36	6,20	6,22	6,79
Depend. Emp M/LP	Emp. M/LP / Activo Total	0,04	0,05	0,05	0,06

O rácio de liquidez geral representa a capacidade da autarquia em fazer face às suas obrigações de curto prazo através do seu activo circulante. Este rácio não deverá ser inferior à unidade. Em 2008 a autarquia atingiu um grau de liquidez acima da unidade.

Relativamente aos rácios de solvabilidade e autonomia financeira, os mesmos encontram-se relacionados, e representam a capacidade de solver compromissos de carácter financeiro nas respectivas datas de vencimento, tendo-se verificado um aumento em relação ao ano anterior quanto à solvabilidade e quanto à autonomia financeira a mesma mantém-se.

No que diz respeito à dependência da autarquia em relação aos empréstimos de médio e longo prazo, podemos concluir que a mesma é bastante reduzida, o que em situações de maior dificuldade a autarquia não terá grandes dificuldades em solver os seus empréstimos de médio e longo prazo.

### 3.4.- Distribuição de Resultados

Segundo o ponto 2.7.3 do POCAL, o resultado líquido do exercício quando positivo pode ser repartido para reforço do património, constituição ou reforço de reservas. É ainda obrigatório reforço do património até que o valor contabilístico da conta 51 corresponda a 20% do activo líquido e a constituição de reservas legais de, no mínimo, 5%.

Tendo em consideração que o resultado líquido é negativo, o órgão deliberativo propõe, de acordo com as disposições legais, a transição do resultado líquido para a conta 5908 – Resultados Transidos de 2008 – 1.576.384,04 €.

Paços do Município de Condeixa-a-Nova, 14 de Abril de 2009.

Jorge Manuel Teixeira Bento  
Presidente da Câmara Municipal

